

ENSINAR A CONVIVER: O CURRÍCULO DA PEDAGOGIA INSTITUCIONAL

Entrevista com o Prof. Dr. Jacques Pain

Université de Paris La Ouest Nanterre La Défense – França

Entrevistado pelo

Grupo de Pesquisa Currículo Transversal (UFPB/PPGE-CNPq)

*Na sociedade globalizada, o problema fundamental é
o problema da convivência.*

Jacques Pain

Em setembro de 2009, o Prof. Dr. Jacques Pain visitou, pela terceira vez, o Grupo de Pesquisa Currículo Transversal¹ do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ocasião em que concedeu esta entrevista.

A visita é parte do intercâmbio acadêmico entre o referido Grupo de Pesquisa e o Setor “Crise, École, Terrains Sensibles”, vinculado ao Département de Sciences de l’Éducation da Université de Paris Ouest Nanterre La Défense – França, iniciado em 2006.

O Prof. Dr. Jacques Pain vem estudando há mais de três décadas o conflito e a violência na escola, contribuindo com a formação docente e a prática pedagógica. É graduado em Psicologia, Pedagogia e Filosofia, e Doutor em Ciências da Educação, com o Doctorat d’État, pela Universidade de Paris Ouest. É autor de vários livros entre os quais se destacam: *Écoles: violence ou pédagogie?* (1992); *La pédagogie institutionnelle d’intervention* (1993); *De la pédagogie institutionnelle à la formation des maîtres* (1994); *La non-violence par la violence: une voie difficile* (1999); *Penser la pédagogie* (2003); *L’École et ses Violences* (2006), *La pédagogie institutionnelle de Fernand Oury*, avec Lucien Martin et Philippe Meirieu (2009).

¹ O Grupo de Pesquisa Currículo Transversal, registrado no CNPq, é liderado pela Prof^a Dr^a Maria Eulina Pessoa de Carvalho e pelo Prof. Dr. Fernando Andrade. Participam da linha Práticas educativas, conflito e mudança as mestrandas Catarina Carneiro Gonçalves e Katherinne Rozy V. Gonzaga, que colaboraram com a realização desta entrevista em 8/9/2009. <http://www.edutransversal.pro.br/textos.php>

Foi colaborador direto de Fernand Oury, fundador da Pedagogia Institucional (PI) na França, concepção pedagógica que valoriza, de modo central e efetivo, os problemas do conflito, viabilizando uma prática curricular inclusiva de aspectos emocionais e relacionais, integrando o desenvolvimento de conhecimentos e competências a um contexto vivencial e amplo de formação da cidadania e cultivo da solidariedade e da paz.

Conjunto de métodos e técnicas nascidos da práxis das salas de aula orientadas por uma pedagogia ativa de base Freinetiana, a PI organiza as motivações e os desejos dos/das aprendentes com base em quatro conceitos chaves: Lei, Lugar, Limite e Linguagem; e institucionaliza a classe através da prática dos Conselhos, em que são decididas as formas de organização dos trabalhos, discutidos os problemas e conflitos, negociadas as regras e internalizadas as leis. Os Conselhos são, assim, uma instância integradora de aspectos psicossociais, cognitivos, éticos e políticos, e de formação inter e intrapessoal dos sujeitos para a vida cidadã, entendida como a prática de direitos e deveres de pessoas, grupos e instituições na sociedade.

Em síntese, o princípio curricular central da PI é instituir para aprender e ensinar a conviver. Considerando que a PI e seus dispositivos constituem uma pedagogia do conflito, que tratam as situações de conflitos relacionais e estimulam práticas da convivência pacífica, esta entrevista com o Prof. Dr. Jacques Pain enfoca a violência na escola, entre outras questões.

Grupo de Pesquisa Currículo Transversal (GPCT): Como avalia a disseminação das idéias e práticas da PI fora da França?

Jacques Pain: A PI é muito ligada à cultura francesa. A Pedagogia Freinet, assim como a PI, não têm interessado aos países anglo-saxônicos. Encontramos o movimento, Freinet na Alemanha, na Suíça, em Portugal, um pouco na Espanha e na Itália. Na Suíça, particularmente, se expandiu muito porque há uma professora e psicanalista chamada Mireille Cifali², que está nos grupos de PI há 40 anos. Na América Central, nos anos de 1970, encontrei alguns grupos Freinet em Honduras e México, mas a PI não se expandiu muito além da França.

GPCT: E na França, qual o alcance da PI no sistema escolar?

Jacques Pain: Na França, fundei uma editora com colegas. Nós nos encarregamos de editar e reeditar os antigos livros da PI e, se não fosse dessa forma, eles já não existiriam mais. Organizamos já há cinco anos encontros em que gente da pedagogia Freinet se encontra para discutir suas práticas e produzir teoria. A PI continua crescendo, mas continua marginal na própria França. E Fernand Oury, o criador da PI, dizia que é importante que ela não se torne uma pedagogia adotada pelo estado, oficial.

GPCT: Por quê?

Jacques Pain: Porque se ela se tornar oficial, os professores não terão tempo de se deixarem convencer, de se motivarem e de desejarem. Se eles não desejarem, não funciona a PI. O movimento da PI é muito ligado à Psicanálise, particularmente, a psicanálise lacaniana. Nós nos

² Mireille Cifali é uma das autoras da interseção psicanálise e educação mais conhecidas na França. Mireille CIFALI : « *Le lien éducatif : contre-jour psychanalytique* », Paris PUF, 1994.

colocamos sempre, como um problema, a questão do desejo, do desejo do professor. Catherine Pochet, co-autora do livro *Qui c'est l'conseil*³, diz que se o professor não desejar, tampouco o/a aluno/a desejará. Eu penso que, do mesmo modo que se passa entre pais/mães e filhos/as, se os pais e mães não desejarem seus filhos e filhas como é que seus filhos e suas filhas poderão ter algum desejo? O desejo então aparece antes, a partir do desejo dos pais/mães. No primeiro livro lançado sobre a PI, em 1966, *Vers une pédagogie institutionnelle* [Por uma Pedagogia Institucional] [Paris, Maspero, 1966], na primeira página Fernand Oury diz: “A PI é uma pedagogia do desejo.”. Eu entendo isso como também uma tendência política, desejar uma escola diferente, uma criança diferente, uma relação diferente, uma sociedade diferente – não autoritária, não impositiva. A PI reconhece a importância e o valor da lei, sabe que ela existe, trabalha com as estruturas e com as estruturas que a lei cria e que garantem a lei; mas é também uma pedagogia de situações, em que os alunos e alunas vão aprendendo à medida que participam das atividades e, neste sentido, eles/elas não recebem a lei por imposição, eles/elas a assimilam, internalizam.

GPCT: O senhor poderia dizer mais sobre os princípios da PI – lei, lugar, limite e linguagem?

Jacques Pain: Neste momento, aqui, nós estamos numa entrevista. Já não é mais o mesmo lugar da mesa onde almoçamos e não será mais o mesmo depois. O lugar que cada um ocupa, seus limites, o lugar aí não é simplesmente o lugar físico, mas a função de cada um, e as leis definem os lugares, os limites. Quando compreendemos que cada lugar tem seus limites e sua lei, nós podemos ter uma linguagem em comum.

GPCT: Considerando os efeitos psicopedagógicos da palavra, um grupo de professores/as também poderia se organizar como um Conselho, usando os princípios da PI?

Jacques Pain: Certamente. Há um livro *De la pédagogie institutionnelle à la formation des maîtres* [Da PI à formação de professores.] [Matrice, 1994]. Nós trabalhamos por nove anos, com sete professores segundo um princípio chave de Fernand Oury que é “nada é falado que não possa ser feito”. Se você quer fazer um Conselho, você tem que acompanhá-lo. Se você quiser um grupo de fala, de conversação, você tem que criar, animar e acompanhar. É como ensinar qualquer coisa... Se você quer criar um grupo, você tem que participar dele. Para fazer PI não precisa ser psicanalista. É preciso reconhecer toda a importância da linguagem, das relações e dos grupos na aprendizagem e na escola. Por exemplo, no Conselho se trabalhariam as questões próprias do trabalho acadêmico, mas também se falaria sobre este trabalho de construção, psíquico mesmo; se perguntaria: Como vai você? Como vão suas dificuldades? – no sentido de ajudar a lidar com a angústia, de elaborar a angústia. Por exemplo, o *bullying* na Universidade: no Departamento de Ciências da Educação de Nanterre, nós fizemos grandes reuniões nos anfiteatros com estudantes da graduação, da especialização, do mestrado e doutorado. É importante que nessas grandes reuniões, com pessoas em diferentes níveis de formação, se criem condições para que elas possam falar e dizer como vão. No final das contas, a PI até é muito simples: é fazer com que todas as pessoas possam em algum momento falar do que sentem. Fernand Oury diz que a palavra Conselho vem da Revolução Bolchevique e da Revolução Francesa: conselho operário, conselho revolucionário, é o sentido original. Fazer o conselho é praticar a democracia direta. É preciso que em um momento ou outro todo mundo tenha direito à fala. Felix Guatarri [4] também era pela

³ OURY, F. e POCHET, C. *Qui c'est l'conseil? La loi dans la classe*. Paris: Matrice, 1997.

⁴ Il fut avec Jean Oury le “co-directeur” de la clinique de La Borde.

democracia direta, que nem sempre está de acordo com a idéia de representante. Se nós não podemos controlar o eleito, ele pode fazer o que bem quiser. A PI é a democracia direta, nela nós podemos pôr em questão os mandatos, derrubar o mandato de alguém, eleger outra pessoa, e isso só é possível em pequenos grupos e grupos médios. A PI é a democracia direta pensada pelas ciências humanas e pela psicanálise.

GPCT: Sobre o *Bullying*, quais as contribuições da PI para o enfrentamento desta problemática na escola?

Jaques Pain: A Pedagogia Institucional se apegua, antes de qualquer coisa, às estruturas. Define o que é uma sala de aula, uma turma, quem é o professor, quem são os alunos e o que é que nós podemos fazer juntos. Numa classe de PI há, freqüentemente, escrito na parede, estas frases: "Isto é uma sala de aula. Nós trabalhamos aqui". Quando o professor começa a aula, ele diz que o que está escrito na parede será o que vai acontecer na sala. A PI tem mais facilidade para trabalhar com o problema do conflito porque propõe que, a cada conflito, é preciso que as pessoas se encontrem para tratar desse conflito em particular e resolver. Se houver um problema entre os estudantes, o/a professor/a chama atenção. Ele/ela não tem de resolver o problema imediatamente, mas pede que esperem. O/A professor/a para, contém o conflito e fala: "hoje é terça-feira, amanhã nós vamos tratar disso na reunião do Conselho". Desde o início do ano escolar, a cada vez que houver um conflito, um problema, todos se esforçam para resolvê-lo. Por exemplo, se um aluno ou aluna tem dificuldade em expressar seus sentimentos, suas idéias, por conta do *bullying*, ele ou ela pode encontrar na sala de aula um caderno, um gravador, um computador onde pode registrar, sem se identificar, o problema que está vivendo. Também pode ser uma caixa ou urna, onde o/a aluno/a pode depositar lá suas preocupações, por escrito, para que as pessoas falem sobre isso. Se numa escola os/as professores/as percebem que um aluno ou aluna está sendo vítima do que a gente chama de *bullying*, de perseguição abusiva, eles/elas se esforçam para encontrar tempo definido, estratégias, meios de fazer com que esse aluno ou aluna fale e que os outros alunos e alunas possam falar a respeito do que se passa. Eu gostaria de lembrar que é preciso ter muito cuidado para proteger a dignidade do/a aluno/a, porque quando o problema acontece entre alunos/as que têm tamanhos, idades e gerações diferentes, é preciso ter cuidado sobre como proceder, porque isso pode implicar em perseguições extra-classe, fora do domínio e da atenção dos/as professores/as. Peter Smith, Helen Cowie e Dan Olweus fizeram muitas pesquisas sobre vitimação. É preciso identificar os/as alunos/as vitimados/as, agredidos/as. É preciso trabalhar não só com quem é alvo da vitimação, mas com quem é autor/a da vitimação, para ajudá-lo/a a lidar com a própria agressividade de outra forma.

GPCT: Quanto ao uso dos termos *vítima* e *agressor*...

Jacques Pain: A respeito dos termos, eu tenho uma posição bem firme quanto a isso: os agressores são agressores, as vítimas são vítimas. Um/a é agressor quando agride e outro/a é vítima quando é vitimado/a. Proponho terapias ou acompanhamento psicológico... Por exemplo, numa escola maternal na França, todas as manhãs, no recreio, um menino de 5 ou 6 anos ia, sistematicamente, ao banheiro onde os maiores iam buliná-lo. Eles tiravam a sua calça... Isso trouxe uma grande discussão entre os/as professores/as, porque alguns diziam que era o menino, ao ir toda vez ao banheiro, que provocava a ação dos maiores. É aí que a gente tem que usar a

perspectiva jurídica. No código penal francês, se nós tocamos em alguém é uma agressão sexual. Se a gente coloca uma caneta ou um lápis na boca de alguém, no ouvido ou em outro lugar, é um crime. Isso não se discute, é a lei e acabou. Isso provocou uma grande discussão entre os/as educadores/as, mas também entre os/as psicanalistas, porque os/as educadores/as trazem logo a estratégia jurídica, afirmando que é uma violação e tem que ser tratada como crime, e os/as psicanalistas entram numa discussão imensa, inclusive para considerar o tratamento dos pais/mães, vendo se seriam incestuosos e mereceriam tratamento. A PI se ocupa das pessoas, cuida das pessoas, partindo da lei, reconhecendo a lei: a lei existe e tem que ser respeitada. Assume o que é inerente as relações humanas: não incomodar os outros, não fazer mal aos outros, não causar dano aos outros. Nós não podemos ameaçar, machucar ou lesar os outros de forma alguma, nem no corpo, nem no seu pensamento, nem nas suas tarefas. Não se pode maltratar ninguém nem corporalmente, nem psiquicamente, nem materialmente em se tratando dos objetos das pessoas. Uma classe institucionalizada tem lá na parede: aqui nesta sala de aula eu posso ficar tranqüilo comigo mesmo corporalmente, comigo mesmo psiquicamente e espiritualmente, com as minhas atividades, com os meus objetos, com tudo o que me pertence e com o que eu faço. Isso significa dizer que é preciso ter muito cuidado com as relações. Em alguns momentos, evidentemente, vai ser preciso trabalhar com os pais e mães, fazer reuniões para avaliar o que se passa com as crianças na sala de aula, na escola e, eventualmente, até na rua. É importante apresentar o conceito de *bullying* como violência e colocar esse problema em discussão partindo dos pressupostos do que é legal na sociedade, esse é o primeiro passo. Em Nanterre existe um serviço de ajuda às vítimas, composto de psicólogos, estudantes, a maioria mulheres, que circulam no campus e ajudam em situações difíceis, a falar sobre a situação da vitimização. Há bons resultados nesse tipo de intervenção. Nós tivemos muitos problemas relacionados, por exemplo, a alunos homossexuais que foram agredidos muitas vezes. Isso é típico da PI, colocar pequenos grupos resolvendo questões que foram experimentadas ali, naquele contexto.

GPCT: O *bullying* é apenas uma das manifestações de violência na escola. Qual o foco atual dos estudos na França a respeito dessas situações?

Jacques Pain: A França só está verdadeiramente interessada em violência na escola há 20 anos, a partir do início dos anos de 1980. Atualmente a França trata as questões da violência como uma rede na qual estão a polícia, a justiça e o sistema de Educação Nacional, mas tem tratado a questão da violência na escola muito mais numa perspectiva jurídica do que propriamente educacional. Lá se trabalha muito a partir do código penal. Os Ministérios da Justiça e da Educação formaram seus professores e pesquisadores para sensibilizarem as escolas em relação ao aspecto judiciário, legal, do combate à violência na escola. É nesse contexto que precisa ser considerada a pesquisa sobre violência na escola realizada na França. A França criou um sistema de informação, informatizado, em todas as escolas, sobre essa questão. O nome desse sistema é SIGNA e ele funciona da seguinte forma: ao final do dia, às 18 horas, cada escola informa, através de um formulário automático, conectado em rede a uma direção central, que é uma espécie de secretaria nacional de educação, todas as ocorrências interpretadas como violência na escola, e, no final, é feita uma estatística com tudo o que se passa. Tudo isso começou nos anos de 1980. A partir dos anos 2000, com a política do atual presidente Nicolai Sarkozy, passou-se a enfatizar o aspecto criminal, transgressor no tratamento dado às violências, no caso, jurídico. As violências são tratadas como transgressões, crimes e isso trouxe muita confusão para a escola. A partir deste tratamento jurídico dado à questão, houve todo um problema de casuísmo. Porque o código penal tem seus limites e os educadores não sabem como classificar infrações que não estão contidas no

código penal e que são consideradas violência. A parte das violências mais duras em que há agressão física, em que há abuso físico, pancadaria mesmo, eles sabem. Mas, por exemplo, situações de incivilidade, de violência moral que não são traduzidas pelo código penal como violência, logo não são traduzidas como transgressão, e os educadores não sabem o que fazer com isso. É por isso que pesquisadores como eu tomaram para si a tarefa de introduzir no meio educacional a preocupação com outros tipos de violência. Inclusive as categorias de violência chamadas psicológicas, simbólicas, morais, dentre as quais aparecem fenômenos de incivilidade e, também, os de *bullying*. Estes não são propriamente “crimes” na lei francesa. Quando participei de uma pesquisa feita na Alemanha, na França e na Inglaterra, entre 1994 e 1998, pude debater com alguns pesquisadores, dentre eles Dan Olweus⁵, Peter Smith e Helen Cowie, e constatar que alemães, holandeses e norte-americanos já se ocupavam com a questão da violência muito antes da França. Os anglo-saxões começaram a pesquisar sobre violência na escola no final dos anos de 1970, quase uma década antes dos franceses. O que me interessou bastante nestas pesquisas, que já existiam, foi justamente este aspecto mais relacional, mais psicológico das violências. Por exemplo, violências da ordem do isolamento, da rejeição, da negligência de alguns, e outras formas que já eram tratadas como expressões do *bullying*. Apesar da política nacional francesa radicalizar ou aumentar esta tendência jurídica, cada vez mais há um leque de situações consideradas pelos educadores como questões importantes para a escola, particularmente as questões ligadas à relação. Há na França as violências físicas duras, assassinatos, atentados contra a vida, atentados físicos, mas eles são pouco numerosos e pouco relevantes em termos estatísticos. O que cada vez mais diz respeito às escolas são as agressões verbais, agressões entre pares e entre professores. Cada vez mais, também, neste leque, são considerados os problemas de violência sexual, de discriminações de gênero e discriminação racial. O maior problema nas escolas da França, hoje em dia, são as incivildades. Moignard⁶, veio ao Brasil durante dois anos para fazer a sua pesquisa, onde ele comparou violência nas escolas brasileiras e violência nas escolas francesas. Há um livro publicado recentemente na França sobre essa comparação. O que o livro mostra, sobretudo, é que há mais violência nas escolas dos subúrbios franceses do que nas escolas do Brasil – embora a violência urbana seja maior no Brasil do que na França. As escolas pesquisadas ficavam na Rocinha, no Rio de Janeiro, e todas dependiam do tráfico. Elas eram mais ou menos estáveis, eram mais ou menos protegidas, porque a violência se passava fora dela, mais além. Um amigo meu, psicólogo francês, foi convidado pelo chefe do tráfico na Rocinha para instalar tudo o que fosse de mais moderno na educação mundial dentro das escolas da favela, em troca de dinheiro. Na França o tráfico de drogas também se localiza nas escolas; as escolas e as universidades são a clientela do tráfico. Em resumo, podemos pensar a violência na escola de dois modos: tudo o que é da ordem do jurídico, da delinquência é uma coisa; na segunda categoria temos todos os fenômenos da violência de atitude, de violência simbólica, psicológica, que estão ligados ao *bullying* e que, em minha opinião, são de responsabilidade da escola. Sobretudo no atual contexto de globalização, as violências de atitude têm que ser geridas pela escola.

GPCT: Qual a repercussão dos estudos sobre *bullying* na França?

Jacques Pain: Os estudos sobre *bullying*, na França, servem aos pedagogos e pesquisadores que trabalham com a educação, sobretudo ao Movimento Freinet, que é bem forte, aos movimentos da PI e a todos os movimentos que trabalham com pedagogias ditas ativas. O que eu penso da abordagem sobre o *bullying*, quando a gente não fica apenas numa dimensão psicológica, é que

⁵ OLWEUS D., *Violences, harcèlements, brutalités, entre élèves*, Paris, ESF, 1999.

⁶ MOIGNARD B., *L'école et la rue, fabriques de délinquance*, Paris, PUF, 2008.

tem uma importante dimensão política, porque isso implica em criar conselhos de fala, lugares de fala, para combater as violências de atitude, de discriminação, violências de discriminação racial e sexual, de quaisquer relações. Então, tem uma dimensão política que se exprime através dos conselhos. Problemas de convivência a gente não pode tratar pela lei, fazem parte da gestão dos conflitos na vida cotidiana. Em minha opinião, na sociedade globalizada, o problema fundamental é o problema da convivência, não apenas entre as crianças e os/as jovens, mas também entre os pais/mães. Isso significa, no que diz respeito ao *bullying* e também ao Conselho, em seu sentido mais político, que deve ser pensado não apenas a partir da escola, mas a partir da cidade, da comunidade. É preciso ser visto pela cidade, pela política da cidade, e na política própria, inerente, à comunidade. Como em Porto Alegre, por exemplo: a gente pode interpretar que a prática comunitária lá como uma Pedagogia Institucional na cidade. Em relação ao *bullying* tem que haver grupos de fala. Eu vi isso com Peter Smith e Helen Cowie: grupos de fala para as vítimas e também para os agressores. É muito interessante, por exemplo, trabalhar com um ou dois agressores no grupo e perguntar a eles por que eles agredem, explorando o que pode ser feito para mudar este tipo de conduta. Eu gosto bastante da resposta anglo-saxônica, que afirma não ser o caso de suprimir o sintoma, mas de trabalhar com ele, buscando outra resposta que substitua aquela do sintoma. Por exemplo, um rapaz que tem sempre um mau comportamento com relação às garotas... Os anglo-saxões ou a PI, vão lembrar que a lei existe, que ela precisa ser respeitada, mas vão criar situações pedagógicas de encontro, de trocas, de discussão, de cooperação entre os alunos e alunas, de modo que mude a representação de um diante do outro e vice-versa. É por isso que, mesmo que haja conselho e reunião, é preciso que estes grupos trabalhem sempre a partir de situações, analisando fatos da vida cotidiana. Professores/as, pais/mães e alunos/as podem se formar na pedagogia da convivência, da tolerância do outro, do reconhecimento do outro. Por exemplo, se a gente tiver num trabalho de grupo meninos que zombam porque acham que as meninas não vão conseguir fazer algumas coisas que eles fariam, como, por exemplo, exercício físico, é preciso criar uma situação na qual os meninos precisem das meninas, para que isso mobilize mudanças no grupo. Eu trabalhei durante três meses com uma turma de adolescentes entre 12 a 14 anos e com dois professores (um de matemática e outro de língua materna – francês), durante duas horas por semana, a respeito da violência verbal. Eu queria discutir o que essa violência verbal trazia de representação sobre o feminino, o que esses rapazes pensam sobre as meninas quando eles as ofendem, ou quando usam palavras ofensivas dirigidas a elas. Os rapazes achavam normal dizer, por exemplo, que as meninas eram “putas”. Numa situação como essa, eu colocava os rapazes e as moças para conversarem entre si e, com a análise dos significados das palavras, eles e elas puderam, pouco a pouco, falar, sobretudo elas, porque eles falavam muito e os coordenadores de atividade impediam os rapazes de falar e diziam que eles deveriam ouvir. Quando elas começavam a falar, elas exprimiam a insatisfação delas com esse tipo de tratamento que era considerado normal. Não apenas elas começaram a mostrar a insatisfação, como alguns rapazes também passaram a dizer que isso não era algo bom para eles. Nós fazíamos sondagem de opinião e constatamos que, depois de três meses, 60% dos alunos mudaram de opinião. Um ano depois, os mesmo alunos, da mesma turma, já estavam em outras turmas, mas continuavam mantendo a preocupação com as palavras, para evitar palavras que fossem ofensivas para os outros, cuidando da qualidade das relações.